



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

[www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia](http://www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia)

ANO LXX

FLORIANÓPOLIS, 15 DE SETEMBRO DE 2021

NÚMERO 7.935

## MESA

Mauro de Nadal  
**PRESIDENTE**

Nilso Berlanda  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Kennedy Nunes  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Ricardo Alba  
**1º SECRETÁRIO**

Rodrigo Minotto  
**2º SECRETÁRIO**

Padre Pedro Baldissera  
**3º SECRETÁRIO**

Laércio Schuster  
**4º SECRETÁRIO**

## LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: José Milton Scheffer  
Vice-Líder:

**BLOCO PARLAMENTAR  
MDB/NOVO**

Lideranças dos Partidos  
**MDB NOVO**  
Valdir Cobalchini Bruno Souza

## BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO PSD/PSC

Líder: Milton Hobus  
Lideranças dos Partidos:  
**PSD PSC**  
Ismael dos Santos Jair Miotto

## BLOCO PARLAMENTAR PP/PSB

Líder: João Amin  
Lideranças dos Partidos:  
**PP PSB**  
Silvio Dreveck Nazareno Martins

## BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO REPUBLICANO PDT/PSDB/PR

Líder: Marcos Vieira  
Lideranças dos Partidos:  
**PDT PSDB**  
Dr. Vicente Caropreso  
**PR**  
Sérgio Motta

## PARTIDO DOS TRABALHADORES PT

Líder: Fabiano da Luz

## PARTIDO SOCIAL LIBERAL PSL

Líder: Ana Campagnolo

## PARTIDO LIBERAL PL

Líder: Ivan Natz

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Milton Hobus - Presidente  
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente  
Valdir Cobalchini  
Maurício Eskudlark  
Ana Campagnolo  
Fabiano da Luz  
Paulinha  
José Milton Scheffer  
João Amin

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Maurício Eskudlark - Presidente  
Ismael dos Santos - Vice-Presidente  
Jerry Comper  
Ana Campagnolo  
Luciane Carminatti  
Marcos Vieira  
Valdir Cobalchini  
Jair Miotto  
João Amin

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente  
Marcos Vieira - Vice-Presidente  
Jerry Comper  
Romildo Titon  
Ivan Natz  
Luciane Carminatti  
Milton Hobus

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente  
Paulinha - Vice-Presidente  
Volnei Weber  
Neodi Saretta  
Dirce Heiderscheidt  
Marlene Fengler  
Nazareno Martins

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Volnei Weber - Presidente  
Sargento Lima - Vice-Presidente  
Moacir Sopelsa  
Marcus Machado  
Fabiano da Luz  
Paulinha  
Julio Garcia  
Jair Miotto  
Nazareno Martins

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Fernando Krelling  
Dirce Heiderscheidt  
Marcus Machado  
Luciane Carminatti  
Marlene Fengler

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente  
Neodi Saretta - Vice-Presidente  
Ada De Luca  
Sargento Lima  
Dr. Vicente Caropreso  
Fabiano da Luz  
Silvio Dreveck

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Jerry Comper  
Bruno Souza  
Sargento Lima  
Jessé Lopes  
Marlene Fengler  
Julio Garcia  
Silvio Dreveck

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente  
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente  
Volnei Weber  
Coronel Mocellin  
Neodi Saretta  
Marcos Vieira  
Marlene Fengler

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente  
Ada De Luca - Vice-Presidente  
Bruno Souza  
Ivan Natz  
Luciane Carminatti  
Marcos Vieira  
João Amin

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Natz - Presidente  
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente  
Dirce Heiderscheidt  
Fabiano da Luz  
Paulinha  
Marlene Fengler  
Nazareno Martins

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ada De Luca - Presidente  
Fabiano da Luz - Vice-Presidente  
Moacir Sopelsa  
Jessé Lopes  
Dr. Vicente Caropreso  
Julio Garcia  
Nazareno Martins

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Sérgio Motta - Presidente  
Fabiano da Luz - Vice-Presidente  
Dirce Heiderscheidt  
Romildo Titon  
Felipe Estevão  
Jair Miotto  
Nazareno Martins

### COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jerry Comper - Presidente  
Milton Hobus - Vice-Presidente  
Volnei Weber  
Jessé Lopes  
Fabiano da Luz  
Sérgio Motta  
Maurício Eskudlark

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Coronel Mocellin - Presidente  
Paulinha - Vice-Presidente  
Ada De Luca  
Bruno Souza  
Fabiano da Luz  
Milton Hobus

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente  
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente  
Ana Campagnolo  
Fernando Krelling  
Dr. Vicente Caropreso  
Ismael dos Santos  
Silvio Dreveck

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Paulinha - Presidente  
Neodi Saretta - Vice-Presidente  
Romildo Titon  
Bruno Souza  
Marcus Machado  
Julio Garcia

### COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente  
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente  
Ada De Luca  
Valdir Cobalchini  
Maurício Eskudlark  
Jair Miotto

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Marlene Fengler - Presidente  
Sérgio Motta - Vice-Presidente  
Fernando Krelling  
Dirce Heiderscheidt  
Felipe Estevão  
Neodi Saretta  
Jair Miotto

### COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente  
Fernando Krelling - Vice-Presidente  
Volnei Weber  
Jessé Lopes  
Luciane Carminatti  
Sérgio Motta  
Jair Miotto

### COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Romildo Titon - Presidente  
Sérgio Motta - Vice-Presidente  
Jerry Comper  
Ana Campagnolo  
Neodi Saretta  
Marlene Fengler  
Silvio Dreveck

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão.</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIX</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>ATAS..... 2</b></p> <p>ATA DE PLENÁRIO .....2</p> <p>ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES .....7</p> <p><b>ATOS INTERNOS..... 16</b></p> <p>ATO DA MESA..... 16</p> <p>ATO DA MESA CONSLEG..... 16</p> <p>PORTARIAS ..... 17</p> <p><b>PROJETOS DE LEI ..... 20</b></p> <p>PROJETOS DE LEI.....20</p>
---	---	---

## A T A S

### ATA DE PLENÁRIO

## ATA DA 086ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2021 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. Deputados: Ada Faraco De Luca – Ana Campagnolo - Bruno Souza – Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz – Felipe Estevão – Fernando Krelling - Ismael dos Santos – Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper – Jessé Lopes - João Amin – José Milton Scheffer – Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti – Marcius Machado - Marcos Vieira – Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal – Milton Hobus – Moacir Sopelsa - Nazareno Martins – Neodi Saretta – Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Ricardo Alba – Rodrigo Minotto - Romildo Titon – Sargento Lima - Sergio Motta – Silvio Dreveck – Tiago Frigo - Valdir Cobalchini – Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA – Deputado Nilso Berlanda

DEPUTADO NILSO BERLANDA(Presidente) – Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura das atas das sessões anteriores para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores Deputados.

\*\*\*\*\*

### Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) – Vem à tribuna para desmistificar inverdades que estão sendo ditas, nas redes sociais, sobre a manifestação que ocorrerá no dia 7 de setembro. Afirma que é um movimento político, cívico e patriótico, essas manifestações, justificando que foi através da política que o povo elegeu o Presidente Jair Bolsonaro para que ele pudesse cumprir os compromissos assumidos na eleição de 2018. Informa que, no próximo dia 7, o povo vai às ruas para reforçar este conceito e o Presidente possa encontrar tranquilidade, com a harmonia entre os Poderes, contando com um Poder Legislativo parceiro, e um Poder Judiciário que tenha plena consciência do seu dever, isto é, ser guardião da Constituição. Enfim, deseja uma Nação que navegue nas águas da tranquilidade, onde cada um faça o seu papel, respeitando a Constituição que norteia cada etapa, e deseja que essa harmonização seja pacífica e salutar. Reafirma sua certeza de que a manifestação do dia 7 será a maior realizada no País, e será a mais pacífica e ordeira.

Cita que pela manhã vai participar em Balneário Barra do Sul, agradecendo a todos que estão organizando o evento, e a tarde participará em Joinville, no Km 25, às margens da BR-101. Convida a todos os brasileiros para participarem dessa bela confraternização que, com certeza, entrará para a história.

Deputado Jair Miotto (Aparteante) – Cumprimenta o Deputado pelas colocações, e comunica que vai participar, esclarecendo que não é extremista, mas também não é cego, nem surdo e nem mudo em relação a tudo que está acontecendo no País. Salienta que participarão porque é um movimento cívico, pela Pátria, pela família, honrando a Deus e a Nação, assim a maioria dos Evangélicos estará participando também. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO TIAGO FRIGO (Orador) – Comenta sobre sua conversa com o Ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque, sobre a possibilidade de fazer uma audiência para discutir a questão dos combustíveis, de uma maneira não tão politizada, e buscar uma maneira para baixar o preço do combustível. Fala que o Governo Federal já baixou o imposto, mas o preço do combustível não diminuiu, e questiona essa situação.

Relata que ontem esteve na solenidade alusiva aos 98 Anos do Avaí Futebol Clube, parabenizando-os, e aproveita para pedir que seja retomada a abertura dos estádios, dentro da capacidade reduzida, e dentro do que a questão sanitária exige, assim também os demais eventos.

Menciona o projeto de lei de autoria do Deputado Marcius Machado, rejeitado na Casa, e ressalta que já existe uma lei nacional que proíbe maus-tratos aos animais. Acrescenta ter feito uma moção de apoio e aplauso ao Presidente Bolsonaro por ter sancionado a lei que aumenta a punição aos maus-tratos a animais.

Convoca todos para, no dia 7 de Setembro, lotar as ruas, num movimento cívico pacífico e histórico, pela liberdade e pela República.

Deputado Jair Miotto (Aparteante) – Solidariza-se com o Deputado, e como Presidente da Comissão de Minas e Energia da Casa, coloca a comissão à disposição para organizar esse debate e melhorar a situação da população brasileira.

Deputado Nilso Berlanda (Aparteante) – Corrobora a fala do Deputado e ressalta que os Deputados não são contra os animais, pois já existe proteção na lei nacional, e farão prevalecer aquilo que está criado como norma. Parabeniza o Deputado pela moção, que com certeza será aprovada. *[Taquígrafa: Eliana]*

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) – Dirige-se ao Deputado Tiago Frigo, desejando-lhe boas-vindas à Casa Legislativa.

Concorda com o Deputado quanto à importância do Presidente ter sancionado a lei que aumenta a pena para quem maltrata animais. Mas discorda quanto à existência de fake news neste assunto, esclarecendo que a corrida de galgos ocorria na Argentina e Uruguai, onde foram proibidas, e vieram para o Rio Grande do Sul, onde também foram proibidas, entretanto, acontece em Santa Catarina, com apostas em dinheiro, além levar crianças, e maltratam os animais. Atualmente, diz que os galgos estão na guarda de uma ativista chamada Kátia Chubaci, que contou situações horrendas que acontecem com esses animais.

Diz, ainda que a lei penal existe, mas ele está reivindicando a proibição das corridas em Santa Catarina e multa, e acredita que aqueles que são a favor da proteção animal não votam contra.

Informa que a lei especifica: “realizar competições de corridas de cães, exceto para casos de treinamento desses animais para e pelas Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Federal para busca e salvamento, resgate, contra tráfico de drogas, de armas e artefatos explosivos.” Assim, acredita que o seu projeto é bem claro, e lamenta que se continue permitindo a corrida de cães no Estado.

Deputado Tiago Frigo (Aparteante) – Agradece ao Deputado o esclarecimento quanto ao projeto, lamentando que não tenha acontecido no dia da votação. Quanto a fake news, informa que se referiu à mídia.

Deputado Sergio Motta (Aparteante) – Cumprimenta o Deputado Marcius Machado, reafirmando que sempre votou a favor das causas do bem-estar animal, mas entende o posicionamento daqueles que consideram que já existe uma lei federal punindo os maus-tratos aos animais. Lamenta que a imprensa tenha mostrado negativamente o assunto.

Deputado Ismael dos Santos – Lamenta que o projeto de lei que autoria do Deputado Marcius não tenha sido aprovado, ressaltando que a sua ausência prejudicou o debate. Considera que deva apresentar uma nova proposta, que com certeza será aprovada, pois todos defendem os animais. [Taquígrafa: Elzamar]

\*\*\*\*\*

### Partidos Políticos

Partido: PL

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Inicia sua fala agradecendo aos participantes do *Telegram*, onde estão conversando sobre abertura de um primeiro espaço de discussão em torno do plano de carreira da Polícia Militar, bem como fala da expectativa da não realização da primeira reunião da comissão mista na terça-feira, quando dois Deputados justificaram suas ausências, e afirma que são pessoas idôneas, bem como fala que está em estudo a data para a próxima reunião.

Em tempo, menciona que questionamentos feitos não serão respondidos por *WhatsApp* e nem por *Telegram*, pois entende que a sua obrigação é falar da tribuna. Comenta que não tem, e nenhum outro Deputado também, em mãos, algo sobre o plano de carreira da PM, e enfatiza que não acessou, não leu, não estudou o material que trata do referido plano. E comenta que quando o plano de carreira chegar no Poder Legislativo terá seu trâmite normal nas comissões, será estudado, discutido e construído um projeto a ser enviado ao Governador para análise, e depois retornará à Alesc.

Comenta que o papel da comissão mista é de construir o plano de carreira a várias mãos, com a participação das instituições pertinentes, com os Deputados, e dar o direito a cada uma das praças a participar na construção desse plano, pois entende que se trata da carreira e da vida desses militares de forma específica. Em tempo, recorda a questão da Iresa, que foi resolvida em um curto espaço de tempo, após meses se arrastando, e afirma que de forma democrática a comissão mista vai trabalhar para tratar das promoções. [Taquígrafa: Sílvia]

\*\*\*\*\*

### Ordem do Dia

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0191/2020.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0242/2020.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0246/2019.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0269/2019.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0522/2019.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0601/2021, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, solicitando ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, informações acerca das instalações de postos realizadas pelo Imetro.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0688/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, cumprimentando a diretoria do Avaí Futebol Clube, pelos 98 anos da referida entidade.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0689/2021, de autoria do Deputado João Amin, cumprimentando a senhora Vanessa Paz, pela exposição de seus quadros no Museu do Louvre, em Paris.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0690/2021, de autoria do Deputado Tiago Frigo, manifestando ao Presidente da República, aplauso pela sanção da Lei 14.064/2020 que aumentou a pena para quem cometer o crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cães e gatos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0691/2021, de autoria da Deputada Paulinha, cumprimentando o Jornal Notícias do Dia, pelos seus 15 anos de história.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0692/2021, de autoria da Deputada Paulinha, cumprimentando os Policiais Militares Sargento Gonçalves e Soldado Diego, pelo ato de bravura ao salvar a vida de uma mulher que tentou cometer suicídio no elevador da SC-401.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 1584/2021, de autoria da Deputada Paulinha, solicitando ao Presidente da CIASC, informações acerca de relatos que após o quitamento de todas as multas o programa de informática do DETRAN/SC não libera para emissão do licenciamento, gerando problemas no RENAINF.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1586/2021, de autoria da Deputada Paulinha, solicitando ao Presidente da CIDASC, informações acerca de registros de Peste Suína Africana.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1587/2021, de autoria da Deputada Paulinha, solicitando ao Presidente da CIDASC, informações acerca do fornecimento à Secretaria de Estado da Educação de algum programa voltado às escolas para educação sanitária e agrícola.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 1565/2021, de autoria do Deputado José Milton Scheffer; 1566/2021, de autoria do Deputado Silvio Dreveck; 1567/2021, de autoria do Deputado Milton Hobus; 1568/2021, 1569/2021, 1570/2021, 1571/2021, 1572/2021 e 1581/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 1573/2021 e 1574/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini; 1575/2021, 1576/2021, 1577/2021, 1578/2021 e 1579/2021, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark; 1580/2021, de autoria do Deputado João Amin; 1583/2021 e 1585/2021, de autoria da Deputada Paulinha.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 1886/2021, 1887/2021, 1888/2021 e 1891/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 1889/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado; 1890/2021, de autoria do Deputado Ivan Naatz; 1892/2021, de autoria do Deputado Milton Hobus; 1893/2021, de autoria da Deputada Paulinha; 1894/2021, de autoria do Deputado Nazareno Martins; 1895/2021, 1896/2021 e 1897/2021, de autoria do Deputado Nazareno Martins.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Taquigrafia: Cinthia]*

\*\*\*\*\*

### Explicação Pessoal

DEPUTADO NILSO BERLANDA(Presidente) - Não havendo oradores inscritos em Explicação Pessoal, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para quarta-feira, à hora regimental.

Está encerrada a sessão. *(Ata sem revisão dos oradores.)*

*[Revisão: Taquígrafa Sara]*

## ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

**ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.**

Aos vinte sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às onze horas, na Sala de Reuniões das Comissões e por videoconferência, sob a Presidência da senhora Deputada Ada Faraco de Luca, com amparo nos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, referente à 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos seguintes deputados membros da Comissão: Deputado Jessé Lopes, Deputado Moacir Sopelsa, Deputado Dr. Vicente Caropreso e Deputado Nazareno Martins. O Deputado Julio Garcia justificou sua ausência através do Ofício Interno nº 030/2021. Havendo quórum regimental, a senhora Presidente abriu a reunião, agradeceu a presença de todos e submeteu à apreciação a Ata da 4ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Na sequência, em atenção ao expediente, a senhora Presidente informou do recebimento do ofício 338/2021, de 13 de abril de 2021, da Assembleia Legislativa da Bahia, que encaminha Moção de Solidariedade nº 24.053/2020, proposta pela deputada estadual Neusa Cadore, “a jovem Mariana Ferrer pelo estupro sofrido e pelo tratamento misógino ao qual ela foi covardemente submetida durante audiência do caso que culminou na absolvição do réu”. Dando início à ordem do dia, a senhora Presidente passou à apreciação de requerimento, de autoria do Deputado Moacir Sopelsa, para a realização de reunião/audiência pública híbrida para apresentação e divulgação do “Programa de Defesa, Orientação e Apoio aos Moradores de Rua (DOA)”, a realizar-se em data e horário a ser definido, preferencialmente, segundo o requerente, na segunda semana de junho; colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo a senhora Presidente abriu a palavra aos membros para relatoria e discussão de matérias. O Deputado Dr. Vicente Caropreso relatou a seguinte matéria: PL./0004.5/2019 de autoria do Deputado Jair Miotto que obriga os estabelecimentos públicos e privados no Estado de Santa Catarina a inserir nas placas de atendimento prioritário o símbolo mundial do transtorno do espectro autista – autismo, sendo que dentro deste projeto foi apensado o PL./0042.0/2020; exarou parecer favorável nos termos da Emenda Substitutiva Global apresentada na Comissão de Constituição e Justiça e da Subemenda Modificativa ora apresentada, que, colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o Deputado Nazareno Martins relatou o PL./0460.3/2019 de autoria do Deputado Sargento Lima, que institui o Dia Estadual de Combate à Intolerância Ideológica, no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências; exarou parecer pela aprovação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião. E para constar, eu, Bernadete Sant’Anna, Assessora Técnica de Comissão Permanente, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pela senhora Presidente e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala de Reunião das Comissões, 27 de maio de 2021.

Deputada **Ada Faraco de Luca**

Presidente da Comissão de Direitos Humanos

Processo SEI 21.0.000015266-5

— \* \* \* —

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.**

Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, às treze horas, na Sala de Reuniões das Comissões e por videoconferência, sob a Presidência da senhora Deputada Ada Faraco de Luca, com amparo nos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, referente à 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos seguintes deputados membros da Comissão: Deputado Dr. Vicente Caropreso, Deputado Jessé Lopes e Deputado Nazareno Martins. Havendo quórum regimental, a senhora Presidente abriu a reunião submetendo à apreciação a Ata da 5ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo a senhora Presidente passou a palavra ao Deputado Jessé Lopes, que devolveu vista ao

PRS./0007.8/2020, de autoria da Mesa Diretora, que cria a Procuradoria Especial da Mulher no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; apresentou requerimento de diligência à Procuradoria Geral do Estado, à Associação Catarinense do Ministério Público, ao Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, ao Conselho Estadual de Direitos Humanos e à Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Colocado em discussão e votação, o requerimento foi rejeitado por maioria, com voto favorável do Deputado Jessé Lopes. Na sequência, colocado em discussão e votação, o parecer favorável da relatora Deputada Ada de Luca ao PRS./0007.8/2020, foi aprovado por maioria, com voto contrário do Deputado Jessé Lopes. Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião. E para constar, eu, Bernadete Sant'Anna, Assessora Técnica de Comissão Permanente, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pela senhora Presidente e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala de Reunião das Comissões, 09 de junho de 2021.

Deputada **Ada Faraco de Luca**

Presidente da Comissão de Direitos Humanos

Processo SEI 21.0.000015261-4

\*\*\*

### **ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA**

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, às dezoito horas, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se no Plenário Deputado Osni Régis e por videoconferência, sob a Presidência do senhor Deputado Sergio Motta, os senhores Deputados membros da Comissão: Deputada Dirce Heiderscheidt, Deputado Nazareno Martins, Deputado Fabiano da Luz e Deputado Jair Miotto. Foram abertos os trabalhos com a palavra do senhor Presidente, que constatou haver quorum regimental, e cumprimentou os presentes. Em seguida, iniciou a ordem do dia, onde o Presidente destacou ser o Dia Mundial de Combate à Violência contra o Idoso e prosseguiu com a discussão e votação do PL./0157.0/2018, de autoria do Governador do Estado, que trata de nova Lei de Regência do Conselho Estadual do Idoso e que foi relatada pelo Deputado Fabiano da Luz, com parecer favorável nos seguintes termos: refere que o PL é de autoria do então governador Eduardo Pinho Moreira, que já tramitou na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Finanças e Tributação, pela Comissão de Trabalho Administração e Serviço Público e que com muita alegria vota pela aprovação na forma de Emenda Substitutiva Global de 5056, aprovado na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço público, reiterando que o parecer é pela aprovação da Lei que institui o Conselho Estadual do Idoso. Na sequência, o presidente colocou em votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Logo após, o Presidente tomou a palavra, e houve um pedido do Deputado Fabiano da Luz, vice-presidente que aproveitou o ensejo e pediu a aprovação, da divulgação e apoio à revista com temas de interesse da terceira idade, elaborada por professores da Universidade do Oeste de Santa Catarina que criaram uma revista, pretendendo que seja a cada 60 dias, com dicas de culinária, cuidados, físico, saúde, orientativa, tendo sido pedido o apoio à Assembleia Legislativa e o Presidente Mauro de Nadal achou por bem, que primeiro restasse aprovada na Comissão. Pediu a aprovação do requerimento verbal no que foi atendido pelo Presidente Sergio Motta que reconheceu a relevância de termos material formulado para informar aos idosos. Seguindo a pauta, o Deputado Sérgio Motta, aduziu que os presentes estão reunidos por ocasião de um dia muito importante. Em 15 de junho é celebrado o Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa, conforme declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e a Rede Internacional de Prevenção à Violência à Pessoa Idosa no ano 2006. Que o mês de Junho é denominado Violeta, um mês dedicado à conscientização do combate à violência contra a pessoa idosa. Referiu que no Brasil são mais de 30 milhões de idosos com 60 anos ou mais, e em Santa Catarina mais de 600 mil. Que com a Pandemia houve um crescimento da violência verbal, física, sendo vários os tipos vitimando aqueles que deram sua vida pelo nosso país, e que agora merecem todo o cuidado e qualidade de vida, porque Santa Catarina é o Estado mais longo do Brasil, e temos que empreender esforços para que continue. Foi dado início ao debate, com a fala da Dra. Ariane Angioletti, advogada e presidente do Conselho do Idoso do Estado de SC, que começou com sua áudio descrição em respeito à maior representatividade e da acessibilidade, e em seguida cumprimentou os presentes, em especial às debatedoras, e aos Conselheiros que estão acompanhando a reunião e tem a responsabilidade por essa causa.

Prossiguiu, chamando a atenção para o dia 15 de junho, onde todos o olhares se voltam ao combate à violência ao idoso e que são muitas as violações a direitos que lastimam a auto-estima dessa população, e isso não se restringe às comunidades carentes, não tendo um perfil definido, e sendo no âmbito do presente debate, a situação de violência dentro de suas casas, dentro de uma situação de cuidado, sendo a negligência, a violência patrimonial as mais expressivas e que mostram que isso ocorre onde eles moram. A convidada traz uma provocação, porque sempre se focam na vítima, mas ela questiona quem são esses agressores. A convidada não quer crer que as violências são totalmente intencionais, tendo em vista serem relações familiares, mas que foram agravadas em função da pandemia, com o idoso sendo a única fonte de renda, com proventos de BPC, pensão, aposentadoria, se tornando o arrimo daquela família e que gera conflito, com os demais familiares alijados de sua renda. Bem como aquela pessoa que se torna cuidadora por necessidade, abrindo mão de sua carreira, da profissão, de constituir sua família (em sua maioria a filha mulher). E que por uma falta da sociedade como um todo, que não dá opções, se torna agressora. Que a falta de políticas públicas é a base de um iceberg, onde o idoso vítima de violência é a ponta. Que temos um arcabouço legislativo e jurídico excelente, mas que acaba por não ter efetividade. Que essa falta resulta em violência institucional, em todos os seus aspectos desde o executivo, legislativo e judiciário, até o ônibus que não é acessível, ou a praça, a calçada. Que não há equipamentos públicos, como Centro Dia, por exemplo, que permitam aos familiares trabalharem. Que para a manutenção da saúde mental não há CAPS, ou centros de pequena e média complexidade suficientes, e que muitas das vezes não há onde tratar o idoso e nem mesmo esse cuidador involuntário, que atinge um nível de stress tal, que se torna um agressor. Asseverou a importância de que seja mantida a atuação dos Conselhos Municipais para fiscalizar essas políticas públicas, e que os deputados ao proporem leis, que o façam baseados em diagnósticos técnicos, que igualmente não dispomos. Que se articulem politicamente para que se execute a política que já existe, que se busque fiscalizar. Que a Escola do Legislativo atue em Conjunto com o Conselho Estadual, para ofertar conhecimento. Que o que o idoso mais necessita é atenção, e que cabe a todos nós orientar o profissional que está “na ponta”. Finalizou reiterando que muitas das agressões poderiam ser evitadas dando apoio ao cuidador da pessoa idosa, com grupos de apoio para que o cansaço e a exaustão não sejam despejados nos idosos. E se aperfeiçoe a busca pela efetividade. Concluiu sua fala, agradecendo o esforço para agilizar a tramitação da lei. Em seguida o presidente outorgou a palavra à Delegada Patricia Zimmermann D’ávila, que coordena as delegacias especializadas em idosos, mulheres, crianças e adolescentes que iniciou sua palestra saudando os presentes, e explicando que iria se ater à violência financeira, ou exploração financeira, que, em função de todos os riscos que ocorreram com a pandemia, o Conselho Nacional de Justiça editou a recomendação número 46/2020 onde há a recomendação aos serviços notariais e de registro do Brasil, da adoção de medidas preventivas para a coibir a prática de abusos contra pessoas idosas, especialmente vulneráveis no período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), realizando diligências se entenderem necessário, a fim de evitar violência patrimonial ou financeira nos casos de antecipação de herança, movimentação indevida de contas bancárias, venda de imóveis, tomada ilegal, mau uso ou ocultação de fundos, bens ou ativos e qualquer outra hipótese relacionada à exploração inapropriada ou ilegal de recursos financeiros e patrimoniais sem o devido consentimento do idoso. Quando falamos em agressores, muitas das vezes é uma pessoa próxima, e que muitos idosos em função da pandemia, acabam sendo os provedores da família. Um dos alertas que a Polícia Civil tem feito em Santa Catarina é com relação aos idosos que gastam ou transferem grandes somas em dinheiro. A família precisar estar atenta. Igualmente aos empréstimos consignados, causando estranheza como empresas e financeiras tem acesso a dados bancários sigilosos, sendo comum a pessoa se aposentar em um dia, e no outro dia já ter ofertas desse tipo de serviço, de acordo com a Delegada. E muitos acabam sendo vítimas de golpes que comprometem sua renda. Muitas vezes esses crimes financeiros são muito semelhantes ao crime de estelionato. Se for feita pesquisa junto à FEBRABAN, fica evidente um aumento absurdo dos casos. Explicou como são aplicados alguns golpes por telefone, onde o bandido convence o idoso a fornecer dados, inclusive senhas e o número de segurança dos cartões de crédito e compram em nome da pessoa, dentre outros golpes onde sacam dinheiro, mediante a retirada do chip do cartão por um motoboy, ou falsos processos judiciais com uso de “laranjas”. Falou também das máquinas que clonam cartões, ou retém o mesmo em caixas eletrônicos. E o furto na saidinha do banco e do golpe do bilhete premiado. Que sejam tomados os devidos cuidados. Que a Polícia Civil percebe a extrema vulnerabilidade do idoso. Que quando o golpe envolve alguém da família, a resistência em prestar depoimento é muito grande, que o idoso sente vergonha, e constrangimento e até medo da

consequência sobre esse criminoso. E que esse é um dos fatores que contribuem para depressão levando até mesmo ao suicídio da vítima. Dessa forma, é necessária a atenção a todos os aspectos narrados na palestra de diferentes tipos de golpes, devendo essa Casa ser parceira na divulgação para que evitem essas violências. Por fim foi dada a palavra à Dra. Lia Dalmutt, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e Coordenadora-adjunta do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor, que deu início à sua explanação saudando os presentes e fazendo sua áudio descrição em respeito a eventuais deficientes visuais que pudessem estar acompanhando a reunião. Agradeceu a oportunidade de fala e explicou o sentido do dia 15 de junho, Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa, conforme declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e a Rede Internacional de Prevenção à Violência à Pessoa Idosa que visa conscientizar a sociedade contra esse mal. Falou da dificuldade de identificar os casos, sendo um fenômeno universal coletivo e subjetivo, dependendo de muitos fatores. Que esse é um problema de saúde pública conforme declarado pela 49ª Assembleia de Saúde de Genebra. Que a Organização Mundial de Saúde traz um conceito amplo sendo um ato único ou repetido, ou falta de ação apropriada, ocorrendo em qualquer relacionamento onde exista uma expectativa de confiança, que cause dano ou sofrimento a uma pessoa idosa. O artigo 19 do Estatuto do Idoso também considera em seu parágrafo primeiro que “para os efeitos de Lei, considera-se violência contra o idoso qualquer ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico”. Afirmou que o termo violência, não se restringe à violência física, e que muitas vezes a pessoa nem mesmo percebe que está sendo vítima. Ao contrário dos abusos físicos, os psicológicos são sutis. E se traduzem muitas vezes em humilhações, negligência, desidratação, sendo mais difíceis detectar e geram dúvidas sobre onde buscar ajuda. Pra fins de persecução penal, denunciar o crime à Delegacia que cuidará da parte da Investigação. Mas que muito além da questão criminal e da persecução, buscar ajuda e apoio a este vítima, porque a pessoa que sofre muitas vezes se sente incapaz de lidar com a situação, gerando sequelas que, se não curadas, tornam-se um fardo na vida da pessoa, que precisa ter acesso a esse direito humano de se recuperar do dano. O Estatuto do Idoso, a partir do artigo 95, traz um rol de crimes, mas toda a legislação, ainda que não seja específica também contempla o idoso. Que pela dificuldade de identificação é tão importante que a rede de proteção funcione, especialmente nos municípios com equipes de assistência sempre prontas e qualificadas pra atender essas pessoas que os Conselhos permaneçam ativos. E que enquanto Ministério Público, tanto nos interesses coletivos, difusos ou mesmo na ação penal, quando se busca a responsabilização do autor de um crime, tem se buscado a atuação ativa, inclusive com a criação de mecanismos como o Protocolo de Rede Intersectorial de Atenção à Pessoa Idosa em Situação de Violência, encabeçado pelo Ministério Público no âmbito do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor (CDH), construído com diversos atores, dentre eles a Polícia Civil e o Conselho do Idoso, que visa ser um instrumento teórico e prático referencial para a elaboração das políticas municipais de proteção à pessoa idosa em Santa Catarina. Destacou o trabalho legislativo e o projeto de Lei que proíbe o crédito de recursos oriundos de empréstimos e financiamentos nas contas de beneficiários do INSS sem o consentimento do titular da conta ou sem a existência de um contrato, como positivos. Chamou a atenção de iniciativas semelhantes em outros estados, como Paraná, que inclusive foi objeto Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6727 julgada improcedente considerando legal a limitação a ligações aos idosos. Concluiu com a chamada de atenção para que todos como sociedade busquem a proteção à pessoa idosa, devolvendo a palavra ao Presidente Sergio Motta que prosseguiu propondo a criação de uma cartilha informativa para que possam de fato e de verdade buscar ajuda, contra agressões que são cometidas contra eles. Que essa cartilha seja uma construção coletiva, dentre os presentes. Em seguida apresentou um vídeo alusivo ao tema objeto da reunião. Em seguida, o senhor Presidente abriu a palavra para livre manifestação dos membros. O Deputado Fabiano da Luz se manifestou parabenizando as convidadas pelas palavras e pelo vídeo e dividiu com os demais uma dúvida acerca de um projeto do Deputado Romildo Titon, que trata de recursos destinados ao fundo do Idoso, que inclusive foi sancionado pelo Governador Moisés, perquirindo da situação desse fundo, que poderia ser muito importante para amparar as campanhas de conscientização, dentre outras. Ao final cumprimentou o Deputado Sergio Motta pela excelente condução do evento. O Presidente esclareceu que em relação ao Fundo do Idoso, chamou o Secretário Estadual do Desenvolvimento Social para uma reunião sobre o assunto e que muito pode contribuir para a causa. Em seguida a Deputada Dirce se manifestou para saudar a qualidade do evento, parabenizando as convidadas e o presidente, bem como o vice-presidente, colocando-se a disposição como uma defensora e parceira da população idosa. E que, por muitos anos,

foi presidente do Fórum da Pessoa Idosa na Alesc, tendo a oportunidade de discutir esse tema em toda Santa Catarina, e, como uma pessoa integrante da terceira idade fica muito satisfeita ao ver que o Presidente da Comissão tem tratado o assunto com tanto comprometimento. A convidada Dra. Ariane respondeu ao Deputado Fabiano acerca do Fundo Estadual do Idoso esclarecendo que se trata de uma gestão conjunta entre o Conselho do Idoso e a Secretaria do Desenvolvimento Social, e que com a troca de 70% do Conselho do Idoso, os trabalhos tiveram início em abril, e que está desde o ano passado em tramitação interna, pra que as ILPIS apresentem projetos, estando o Edital em fase final de confecção e que foram entregues o Plano de ação, execução e orçamento, inclusive com a consulta ao TCE para prevenir possíveis erros por falta de conhecimento. Para ser utilizado no segundo semestre. Estando no aguardo dos próximos trâmites junto à SDS e o TCE. Novamente, o presidente tomou a palavra, convidando as debatedoras a visitar o gabinete juntamente com os demais membros da comissão, e o Secretário de Desenvolvimento Social, visando traçar metas conjuntas entre as instituições envolvidas em prol da causa da pessoa idosa. Concluiu perguntando se mais alguma manifestação se fazia necessária. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu à presença dos senhores Deputados e das convidadas, e encerrou a reunião. E para constar, eu, Ingrid Chineppe Hofstätter, Assessora de Comissão Permanente, lavrei esta Ata que será assinada pelo Presidente, Vice-Presidente e membros e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado **Sergio Motta**

Presidente

Processo SEI 21.0.000015511-7

**Republicado por incorreção**

— \* \* \* —

#### **ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA**

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, às dezessete horas e trinta minutos, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do regimento interno, reuniram-se no Plenário Deputado Osni Régis e por videoconferência, sob presidência da senhora Deputada Luciane Carminatti, os deputados membros da Comissão: Deputado Ismael dos Santos, Deputado Valdir Cobalchini, Deputada Ana Campagnolo, Deputado Silvio Dreveck, Deputado Fernando Krelling e Deputado Dr. Vicente Caropreso. Também participaram os seguintes deputados: Deputada Marlene Fengler, Deputada Dirce Heirdescheidt, Deputada Paulinha e Deputado Coronel Mocelin. Foram registradas as presenças dos seguintes convidados: senhor Luiz Fernando Vampiro, Secretário de Estado da Educação; senhora Valéria Madalena Lazzaris, Coordenadora do Escritório de Projetos de Santa Catarina - EPROJ; senhora Vivian Silva Freitas, Gestora de Infraestrutura Escolar da Secretaria de Estado da Educação. Havendo quórum regimental, a senhora Presidente iniciou a reunião colocando em discussão e votação as Atas da 4ª Reunião Ordinária e 2ª Reunião Extraordinária, que foram aprovadas por unanimidade. Em atenção à ordem do dia, passou a relatar o PL./0133.2/2019, de autoria da Deputada Paulinha, que dispõe sobre a contratação de profissionais da área de psicologia nas escolas públicas da rede estadual de ensino do Estado de Santa Catarina; exarou parecer favorável, nos termos da emenda substitutiva global aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Com a palavra, o Deputado Dr. Vicente Caropreso relatou o PL./0372.4/2019, de autoria do Deputado Jair Miotto, que dispõe sobre a proibição de exposição de crianças e adolescentes no âmbito escolar, a danças que aludam a sexualização precoce, prevenção e combate à erotização infantil nas escolas do estado de Santa Catarina; apresentou requerimento de diligência ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina - 12ª Região, à Sociedade Catarinense de Pediatria e ao Conselho Regional de Educação Física de Santa Catarina, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, a senhora Presidente passou a palavra para o Secretário de Estado da Educação, senhor Luiz Fernando Vampiro, para apresentação do fluxo da Secretaria de Estado da Educação (SED) para a reforma das Escolas Estaduais. Inicialmente, o senhor Secretário salientou que na reforma administrativa, da qual foi um dos relatores, foi cometido um erro com a extinção da Diretoria de Infraestrutura da SED, alocada para a Secretaria de Estado da Infraestrutura, vez que a pasta da educação tem particularidades e um grande passivo de 1064 escolas espalhadas por todo o estado, algumas com décadas desde a

construção, que necessitam de manutenção, reformas estruturais ou mesmo demolição. Em seguida, mencionou o último processo de aquisição de equipamentos, que aguarda homologação, o qual a empresa Positivo venceu a licitação para fornecimento de trinta mil notebooks, destacando que é um equipamento de última geração. Ainda, informou que os processos de licitação são todos realizados pela Secretaria de Estado da Administração. Ato contínuo informou que o Governador do Estado solicitou especial foco para a infraestrutura escolar, comentando que em torno de 10% das escolas da rede estadual estão interditadas e realizando suas atividades totalmente por ensino remoto. Na sequência, o senhor Secretário informou que, com autorização do Governador do Estado, foi feita a retirada integral da responsabilidade pela infraestrutura escolar da Secretaria de Estado da Infraestrutura, retornando-a para a SED, com uma reestruturação da Diretoria de Infraestrutura dentro da pasta da Educação, chegando a quase sessenta engenheiros para dar capilaridade às demandas. Ainda, destacou as prioridades neste âmbito, sendo a primeira voltada às escolas interditadas, e, em seguida, as questões do Ministério Público e pagamento de emendas parlamentares. Após, o senhor Secretário passou a voz para a Coordenadora do EPROJ, senhora Valéria Lazzaris, que apresentou a proposta de reestruturação da Secretaria de Estado da Educação, salientando a recriação de uma Diretoria de Infraestrutura e Projetos, indicando a função de cada um dos setores do novo organograma, trazendo dados da equipe de infraestrutura e sua distribuição por regiões do estado, licitações e projetos de reformas e ampliações que estão em foco, licitações de quadras poliesportivas e o andamento das atuais obras, mencionando que muitas delas acabam por atender também assunto de emendas parlamentares impositivas e que a reestruturação permitirá maior agilidade no andamento das obras e projetos, reforçando que a prioridade são demandas de curto prazo que podem ser atendidas por ata de manutenção. Com a palavra, o senhor Secretário complementou salientando a importância de atas de registro de preço maiores, feitas em cada regional, para dar celeridade às obras de manutenção, exemplificando um caso ocorrido em Araranguá, no qual a empresa responsável estava atuando na obra de manutenção apenas dois dias depois de um evento climático. Dando continuidade, a senhora Coordenadora do EPROJ comentou o processo de elaboração de um planejamento para a realização das obras de manutenção nas escolas, no qual foi solicitado que as coordenadorias regionais de educação elencassem suas prioridades, que foram atacadas durante dez dias, e após esse período, foi realizado o cruzamento com a tabela de emendas impositivas e verificado que a maioria das prioridades elencadas correspondia às emendas. Após, foi solicitada a visita nas unidades escolares prioritárias, com foco nas emendas parlamentares impositivas. Ainda, destacou que a execução das emendas pode seguir três caminhos, mais rápidos ou mais lentos, seguindo os trâmites necessários, mas afirmou que nos próximos sessenta dias todos os processos devem estar iniciados. Com a palavra, o senhor Deputado Dr. Vicente Caropreso agradeceu o trabalho realizado pelo senhor Secretário Luiz Fernando Vampiro no andamento da conclusão da Escola Darci Franke Welk, localizada no município de Jaraguá do Sul, que estava abandonada há mais de dez anos, bem como outras obras em escolas da região, garantindo a segurança e a preservação do patrimônio público. Por fim, solicitou que seja lançada uma campanha para que haja mais respeito com o patrimônio público e que a comunidade esteja mais presente no cotidiano da discussão da preservação das escolas. O senhor Secretário esclareceu que ainda não foram publicadas as escolas que serão contempladas com quadras poliesportivas, pois ainda estão em processo de liberação junto aos municípios, mas afirmou que estão trabalhando para fazer a publicação das primeiras cinquenta unidades contempladas. Na sequência, o senhor Deputado Silvio Dreveck fez uso da palavra e enalteceu a organização, a transparência e o trabalho feito pelo senhor Secretário Luiz Fernando Vampiro e sua equipe. Com a palavra, a senhora Presidente parabenizou o senhor Secretário pelo processo de aquisição de notebooks que indicam ser de boa qualidade para os professores da rede estadual e registrou seu pedido para que também sejam viabilizados tablets para uso dos alunos. Ato contínuo, afirmou que antes da licitação das obras os projetos devem ser apresentados para a comunidade escolar para evitar obras desnecessárias ou inadequadas. Em seguida, destacou que o Estado tem recursos para realizar as reformas e que a pauta da infraestrutura escolar não pode mais ser adiada. Ainda, salientou que não é mais possível pensar em escolas novas sem a estrutura de esportes, vez que a educação física é parte do desenvolvimento humano, além de internet e rede elétrica completa. Na sequência, solicitou que seja disponibilizado o andamento das obras para que parlamentares e comunidade escolar possam fazer o acompanhamento. Por fim, demonstrou sua preocupação com a parcela da categoria do magistério que mais se habilitou no processo de reestruturação do plano de carreira, além da reforma da

previdência estadual para esta categoria, solicitando celeridade na apresentação da proposta por parte do Governo do Estado para que possa avançar até o final de julho e ser votado o parecer do relator da Comissão Mista para propor melhorias no Magistério Público Estadual. Em resposta aos questionamentos, o senhor Secretário informou que cada Gerência Regional de Educação contará com um engenheiro responsável por acompanhar a evolução das obras e que há um sistema transparente no qual o andamento dos pagamentos pode ser acompanhado pela comunidade. Em relação ao plano de cargos e salários do magistério, afirmou que é um assunto sensível que está em elaboração, no qual deve ser contemplado também o quadro administrativo, considerando a educação como um todo e levando em conta um limite prudencial em relação à folha de pagamento do Estado de Santa Catarina. Ainda, informou que avaliará com a equipe de que forma a proposta pode ser apresentada em momento oportuno. Por fim, elogiou o Governador do Estado pela abertura para avançar na questão da infraestrutura das escolas, que vem sendo demorada nos últimos anos, enfatizando que há o compromisso de que sejam feitas intervenções de diferentes proporções nas 1064 escolas estaduais até o final do ano. Com a palavra, a senhora Valéria Lazzaris complementou informando que foi recentemente lançado o site Projeta SC, no qual qualquer cidadão pode acompanhar o andamento dos projetos das escolas e quadras poliesportivas, com fotos das medições de acompanhamento realizadas. Em seguida, a Deputada Marlene Fengler demonstrou sua satisfação com a apresentação feita e questionou sobre as obras na Escola Dom Jaime de Barros Câmara, localizada no Ribeirão da Ilha em Florianópolis, que se encontra em reformas há mais de dois anos. Em resposta, a senhora Vivian Freitas esclareceu que, em reunião feita recentemente com a empresa, esta se comprometeu com a finalização da obra nos próximos meses e que está aguardando a liberação do alvará a ser concedido pela prefeitura de Florianópolis. No uso da palavra, a Deputada Paulinha parabenizou o trabalho feito pelo senhor Secretário e enalteceu o profissionalismo da servidora Valéria Lazzaris e da equipe e mencionou o intenso contato com seu gabinete da comunidade escolar da Escola Francisco de Paula Seara, de Itajaí, questionando sobre a realização de obras na unidade escolar. Por fim, manifestou seu apoio ao grande trabalho a ser realizado pela equipe da SED. Com a palavra, a senhora Valéria Lazzaris informou que, em relação à escola mencionada, foi dada ordem de serviço para questões mais emergenciais e que está em processo uma reforma maior da unidade escolar. Em seguida, o Deputado Ismael dos Santos parabenizou o trabalho feito pela Secretaria de Estado da Educação e questionou sobre a situação da Escola Senador Evelásio Vieira, que deve ser inaugurada em Blumenau, e que há dois anos está com as obras paradas, destacando que é cobrado diariamente sobre a questão. Em resposta, o senhor Secretário informou que a escola está pronta e mobiliada para a abertura, e que faltam apenas alguns ajustes em relação ao alvará da prefeitura do município e corpo de bombeiros, com perspectiva de entrega para o mês corrente. Com a palavra, a senhora Presidente elogiou o trabalho estruturado por esta gestão da Secretaria de Estado da Educação e apresentado à Comissão, desejando sucesso na execução da reestruturação, enfatizando que a necessidade é que as obras aconteçam com qualidade em todas as regiões do estado, respeitando a gravidade dos casos. Na sequência, o Deputado Valdir Cobalchini ressaltou a importância da matéria tratada e saudou o trabalho do senhor Secretário na Secretaria de Estado da Educação. Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente agradeceu a presença dos senhores deputados, convidados e demais presentes e encerrou a Reunião, da qual eu, Jéssica Camargo Geraldo, Secretária de Comissão Permanente, lavrei esta Ata que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pela senhora Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia. Sala de Reunião das Comissões, 14 de julho de 2021.

Deputada **Luciane Carminatti**

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Processo SEI 21.0.000014740-8

————— \* \* \* —————

## **ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.**

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e um de julho de dois mil e vinte um, sob a Presidência da **Deputada Luciane Carminatti** reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Ana Campagnolo, Bruno Souza, Jerry Comper, Júlio Garcia, Marlene Fenger, Sargento Lima e Silvio Dreveck. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente colocou em discussão a Ata da 19ª reunião ordinária que em votação foi aprovada por unanimidade. O Deputado Marcos

Vieira justificou sua ausência por meio do Ofício nº 064/2021. Em seguida, a senhora Presidenta passou a palavras aos Deputados para relatarem as matérias em pauta: o **Deputado Silvio Dreveck** relatou o **PL./0116.1/2021**, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que institui a Política de combate ao abigeato e aos crimes em áreas rurais. Seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria com voto contrário do Deputado Bruno Souza. O **Deputado Julio Garcia** relatou o **PL./0214.2/2021**, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel no Município de Criciúma. Seu parecer foi favorável ao projeto que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Julio Garcia** relatou o **PL./0250.6/2021**, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Balneário Camboriú. Seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Bruno Souza** relatou o **PL./0029.3/2021**, de autoria do Deputado Marcius Machado, que dispõe sobre o dever de as empresas concessionárias de serviços públicos, ou quaisquer outras empresas públicas ou privadas, recuperarem os danos por elas causados nas vias e logradouros públicos localizados no Estado de Santa Catarina. Seu parecer foi favorável ao diligenciamento do projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Bruno Souza** relatou o **PL./0168.2/2020**, de autoria do Deputado Paulo Rovertto Eccel, que altera a Lei nº 7.541, de 1988, que "Dispõe sobre as taxas estaduais e dá outras providências", seu parecer foi contrário ao projeto, posto em discussão foi cedido vista em gabinete a Deputada Luciane Carminatti. A **Deputada Marlene Fengler** relatou o **PL./0231.3/2021**, de autoria do Governador do Estado, que altera os arts. 3º e 7º da Lei nº 16.827, de 2015, que autoriza a doação de imóvel no Município de Videira, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Sargento Lima** relatou o **PL./0240.4/2021**, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que dispõe sobre a inclusão dos empregados em empresas de segurança e vigilância, empresas prestadoras de serviço, asseio e conservação e de transportes de valores, como grupo de prioridade no Plano Estadual de Vacinação contra o vírus Sars-CoV-2, no Estado de Santa Catarina. Seu parecer foi favorável ao projeto que, posto em discussão, foi cedido vista em gabinete ao Deputado Bruno Souza. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidenta encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Renata R. Cunha, Chefe de Secretaria lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os membros da Comissão, será assinada pela Presidenta e posteriormente publicada no Diário da Assembleia.

Sala das Comissões, vinte e um de julho de 2021.

Deputada **Luciane Carminatti**

Vice Presidenta da Comissão de Finanças e Tributação

Processo SEI 21.0.000014685-1

\*\*\*

#### **ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.**

Às dez horas do dia onze de agosto de dois mil e vinte um, sob a Presidência da **Deputada Luciane Carminatti** reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Ana Campagnolo, Bruno Souza, Jerry Comper, Júlio Garcia, Marlene Fengler e Silvio Dreveck. Os Deputados Marcos Vieira e Sargento Lima justificaram suas ausências por meio dos Ofícios 072/2021 e 054/2021, respectivamente. Abertos os trabalhos, a Senhora Presidenta colocou em discussão a Ata da 20ª reunião ordinária que, em votação, foi aprovada por unanimidade. Em seguida, a Presidenta passou a palavras aos Deputados para relatarem as matérias em pauta: a **Deputada Marlene Fengler** relatou o **PL./0133.2/2020**, de autoria do Deputado Milton Hobus, que altera a Lei nº 7.541, de 1988, que "Dispõe sobre as taxas estaduais e dá outras providências", para dispor sobre a postergação e a flexibilização do recolhimento de taxas, em casos de decretação de estado de defesa, de calamidade pública, ou outro. Seu parecer foi contrário ao projeto que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A **Deputada Marlene Fengler** relatou o **PL./0265.2/2021**, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Ascurra. Seu parecer foi favorável ao projeto que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A **Deputada Marlene Fengler** relatou a **MPV/00242/2021**, de autoria do Governador do Estado, que altera os arts. 3º, 4º e 12 da Lei nº 18.007, de 2020, que estabelece medidas temporárias a serem adotadas no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde (SES) para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Seu parecer foi favorável ao projeto que, posto em discussão e votação foi aprovado por maioria, com voto contrário do Deputado Bruno Souza. O **Deputado Jerry Comper** relatou o **PL./0251.7/2021**, de autoria do Deputado João Amin,

que dispõe sobre os requisitos exigidos para elaboração do Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Queijo Colonial Artesanal de Leite Cru e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Jerry Comper** relatou a **MPV/00238/2021**, de autoria do Governador do Estado, que dispõe sobre o ressarcimento a hospitais prestadores de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS) de despesas extraordinárias realizadas com vistas ao enfrentamento do agravamento no Estado da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Seu parecer foi favorável à matéria que, posta em discussão e votação foi provada por unanimidade. **O Deputado Bruno Souza** relatou o **PL./0287.8/2020**, de autoria do Deputado Marcius Machado, que altera a Lei nº 12.854, de 2003, que "Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais", para proibir que animais apreendidos, pela autoridade competente, em razão de maus-tratos ou de zoofilia, sejam devolvidos aos seus tutores. Seu parecer foi pelo diligenciamento do projeto que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Bruno Souza** relatou o **PL./0277.6/2018**, de autoria da Deputada Dirce Heiderscheidt, que dispõe sobre a elaboração e distribuição do Manual de Prevenção a Quedas de Idosos, no Estado de Santa Catarina. Seu parecer foi pela rejeição do projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Bruno Souza** apresentou voto vista a **PEC/0004.2/2020**, de autoria do Deputado Coronel Mocellin e Outros, que acrescenta o § 12 e altera o inciso II do § 11 do art. 31 da Constituição Estadual, de 1989, renumerando os demais, para adequar à Emenda Constitucional 103, de 2019 e a Lei Federal nº 13.954, de 2019 e adota outras providências, 1que foi pelo diligenciamento do projeto que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Bruno Souza** apresentou pedido de Diligenciamento a **PEC/0007.5/2021**, de autoria Governador do Estado, que altera a Constituição do Estado para estabelecer a remuneração mínima garantida devida aos integrantes da carreira do magistério público estadual e estabelece outras providências, posto em discussão e votação foi rejeitado por maioria. **A Deputada Luciane Carminatti** relatou a **PEC/0007.5/2021**, de autoria do Governador do Estado, que altera a Constituição do Estado para estabelecer a remuneração mínima garantida devida aos integrantes da carreira do magistério público estadual e estabelece outras providências. Seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria com voto contrário do Deputado Bruno Souza. **O Deputado Silvio Dreveck** relatou o **PL./0266.3/2021**, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Bom Retiro. Seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Silvio Dreveck** relatou o **PLC/0001.8/2021**, de autoria da Deputada Paulinha, que Institui a Região Metropolitana de Joinville (RMJ) e estabelece outras providências. Seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Silvio Dreveck** relatou o **PL./0053.3/2021**, de autoria do Deputado Bruno Souza, que dispõe sobre o regime de prestação do Serviço Público de Loterias Estaduais, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Silvio Dreveck** retirou de pauta o **PL./0176.2/2021**, de autoria do Deputado Ricardo Alba - Inclui os genitores, tutores e cuidadores de pessoas com deficiência intelectual como grupo prioritário do plano estadual de vacinação contra a Covid-19, e adota outras providências. **O Deputado Julio Garcia** relatou o **PL./0219.7/2021**, de autoria do Deputado Milton Hobus, que isenta o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações com medicamentos relacionados no "kit intubação", para enfrentamento da pandemia causada pelo Coronavírus, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Julio Garcia** relatou a **MPV/00244/2021**, de autoria do Governador do Estado, que altera o art. 6º da Lei nº 18.094, de 2021, que dispõe sobre o ressarcimento a hospitais das diárias de leitos de unidades de terapia intensiva (UTIs) não habilitados pelo Ministério da Saúde, disponibilizados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, seu parecer foi favorável a medida, posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidenta encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Renata Rosenir da Cunha, Chefe de Secretaria lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os membros da Comissão, será assinada pela Presidenta e posteriormente publicada no Diário da Assembleia.

Sala das Comissões, onze de agosto de 2021.

Deputada **Luciane Carminatti**

Vice Presidenta da Comissão de Finanças e Tributação

Processo SEI 21.0.000013290-7

— \* \* \* —

**ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.**

Aos onze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um, às treze horas, em cumprimento ao artigo 133 do Regimento Interno, reuniram-se no Plenário Osni Régis e por videoconferência, sob a Presidência da senhora Deputada Luciane Carminatti, os membros da comissão: Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Dr. Vicente Caropreso, Deputado Fernando Krelling, Deputado Ismael dos Santos e Deputado Silvio Dreveck. Havendo quórum regimental, a senhora Presidente deu início à reunião, que teve como pauta única a discussão e votação da PEC/0007.5/2021, de autoria do Governador do Estado, que dispõe sobre a alteração da Constituição do Estado para estabelecer a remuneração mínima garantida aos integrantes da carreira do magistério público estadual e estabelece outras providências; a senhora Presidente exarou o parecer pela aprovação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e demais presentes e encerrou a Reunião, da qual eu, Jéssica Camargo Geraldo, Secretária de Comissão Permanente, lavrei esta Ata que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pela senhora Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Plenário Deputado Osni Régis, 11 de agosto de 2021.

Deputada **Luciane Carminatti**

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto

Processo SEI 21.0.000014734-3

**ATOS INTERNOS****ATO DA MESA****ATO DA MESA Nº 325, de 14 de setembro de 2021**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo SEI 21.0.000007579-2.

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.*

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, ao servidor **OTAVIANO EDUARDO PAMPLONA**, matrícula n.º 1202, no cargo de Analista Legislativo III, habilitação Nível Superior/Arquiteto, código PL/ALE-14, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 1º de setembro de 2021.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputado Ricardo Alba - Secretário

Deputado Rodrigo Minotto - Secretário

Processo SEI 21.0.000007579-2

**ATO DA MESA CONSLEG****ATO DA MESA – CONSLEG Nº 29, de 15 de setembro de 2021**

Declara de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Abelardo Luz - SC.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da sua competência, prevista no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da Alesc, e com fundamento no art. 3º da Lei nº

16.733, de 15 de outubro de 2015, com redação dada pelas Leis nº 17.690, de 11 de janeiro de 2019, nº 17.973, de 30 de julho de 2020, nº 18.013, de 6 de outubro de 2020, e 18.100, de 13 de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Abelardo Luz - SC, com sede no Município de Abelardo Luz.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º deste Ato da Mesa ficam assegurados todos os direitos prescritos na legislação vigente.

Art. 3º Caso tenha interesse em obter a certidão de reconhecimento de utilidade pública estadual, a entidade poderá solicitá-la à Alesc, a qualquer tempo, mediante requerimento, desde que não seja qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), nos termos do art. 18 da Lei federal nº 9.790, de 1999, e que apresente os seguintes documentos:

I – relatório anual de atividades do exercício anterior;

II – atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III – certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

IV – balancete contábil do exercício anterior;

V – declaração do presidente da entidade atestando o recebimento, ou não, de verba pública, no exercício anterior à solicitação, e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação; e

VI – declaração do presidente da entidade atestando a não qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Art. 4º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde,

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputado Ricardo Alba - Secretário

Deputado Rodrigo Minotto - Secretário

Processo SEI 21.0.000010447-4

## PORTARIAS

### **PORTARIA Nº 1610, de 14 de setembro de 2021**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**NOMEAR FERNANDO MINCATO DANIEL**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP BRUNO SOUZA).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 21.0.000015906-6

\*\*\*

**PORTARIA Nº 1611, de 14 de setembro de 2021**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016,

**RESOLVE:**

**LOTAR** o servidor **ALEXANDRE ALDO CIPRIANI**, matrícula nº 1552, na DA - COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS, a contar de 8 de setembro de 2021.

Luiz Alberto Metzger Jacobus

Diretor-Geral

Processo SEI 21.0.000015105-7

\_\_\_\_\_ \* \* \* \_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1612, de 14 de setembro de 2021**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016,

**RESOLVE:**

**LOTAR** o servidor **SAULO DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1138, na DA - Coordenadoria de Transportes, a contar de 16 de setembro de 2021.

Luiz Alberto Metzger Jacobus

Diretor-Geral

Processo SEI 21.0.000013629-5

\_\_\_\_\_ \* \* \* \_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1613, de 14 de setembro de 2021**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**CONCEDER LICENÇA** para tratamento de saúde da servidora abaixo relacionada:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc.SEA nº
7520	MICHELLI BURIGO COAN DA LUZ	60	11/09/2021	247/2021

Luiz Alberto Metzger Jacobus

Diretor-Geral

Processo SEI 21.0.000015839-6

\_\_\_\_\_ \* \* \* \_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1614, de 15 de setembro de 2021**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **LUIZ CEZARE VIEIRA FILHO**, matrícula nº 11162, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65 do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 16 de setembro de 2021 (GAB DEP FRIGO).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 21.0.000015843-4

\_\_\_\_\_ \* \* \* \_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1615, de 15 de setembro de 2021**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

**NOMEAR ALECSANDRO DE OLIVEIRA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-49, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (LIDERANÇA DO PRB – CHAPECÓ).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 21.0.000016074-9

———— \* \* \* ————

**PORTARIA Nº 1616, de 15 de setembro de 2021**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

**NOMEAR NEURI LUIS MANTELLI JUNIOR**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP RICARDO ALBA – CHAPECÓ).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 21.0.000016043-9

———— \* \* \* ————

**PORTARIA Nº 1617, de 15 de setembro de 2021**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

**NOMEAR MARCOS ROBERTO RODRIGUES SARAIVA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP FRIGO – BALNEARIO CAMBORIU).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 21.0.000016071-4

**PROJETOS DE LEI****PROJETOS DE LEI****PROJETO DE LEI Nº 0334.9/2021**

Dispõe sobre a utilização de precedentes nos julgamentos dos processos administrativos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º. Os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta, no âmbito do Estado de Santa Catarina, devem utilizar precedentes nos julgamentos dos processos administrativos, inclusive aqueles instaurados por meio de autos de infração provenientes de atividade fiscalizatória.

Parágrafo único. No uso de precedentes de que trata a presente Lei, a Administração deverá priorizar sempre a adoção de entendimento mais favorável ao demandado, sempre que técnica e juridicamente possível.

Art. 2º. Para efeitos desta Lei, entende-se por precedente qualquer decisão que venha a ser utilizada como fundamento para outras decisões posteriormente proferidas, incluindo-se, mas não se limitando a:

- I - Consultas prévias, ainda que realizadas por terceiro em situação análoga;
- II - Decisões anteriores acerca de tema análogo;
- III - Súmulas administrativas;
- IV - Demais decisões tomadas pela autoridade pública.

Parágrafo único. As decisões administrativas observarão ainda, no que couber, o art. 927 do Código de Processo Civil.

Art. 3º. É vedado à fiscalização periódica da atividade econômica exigir, para as mesmas ocorrências, critério diverso daquele aplicado anteriormente, salvo quando houver mudança na legislação que justifique a alteração, ou motivo relevante e fundamentado de mudança no entendimento.

Parágrafo único. Invocado precedente pela parte tutelada, deverá a autoridade competente analisar o precedente e, em caso de rejeição, apontar existência de distinção no caso ou a superação do entendimento, nos termos do art. 4º.

Art. 4º. A Administração Pública somente poderá deixar de utilizar os precedentes nos julgamentos dos processos administrativos motivadamente, indicando fatos e fundamentos jurídicos que demonstrem a distinção no caso ou a superação do entendimento, observado o art. 23 da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.

Parágrafo único. Nas decisões em que a Administração Pública utilizar precedentes, deve-se detalhar o seu embasamento jurídico para que o tutelado possa apresentar sua defesa.

Art. 5º Na aplicação de sanções, quando houver, a Administração Pública deve levar em conta o princípio da liberdade de exercício da atividade econômica e a presunção da boa-fé, além de priorizar a adoção de entendimento mais favorável ao demandado, considerando a possibilidade técnica de aplicação da norma no caso concreto e os custos dela decorrentes.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigência na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

**Bruno Souza**

Deputado Estadual

*Lido no expediente*

*Sessão de 14/09/21*

## JUSTIFICAÇÃO

Uma triste realidade que encaramos no Brasil é sua sempre péssima posição em todos os rankings que medem questões relacionadas a negócios e liberdade. Por exemplo, no relatório *Doing Business*, publicado pelo Banco Mundial, que é um relatório que leva em consideração a regulação de cada país sobre a atividade econômica, ficamos na vergonhosa 124ª posição, de 190 países.

Um dos fatores que prejudica gravemente nosso ambiente de negócios e crescimento é a intensa insegurança jurídica sobre a qual vivemos, conforme escrito por Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria:

*De forma geral, a insegurança jurídica eleva os custos das empresas e as obriga a reservar recursos para cobrir prejuízos causados por incertezas. Viabilizar um ambiente de negócios estável e baseado na confiança mútua entre os agentes que nele atuam é fundamental para estimular empreendedores e atrair investimentos.*

Nesse sentido, outro ranking em que temos uma baixa posição, é justamente o *WJP Rule of Law Index*, que é um relatório que mede a segurança jurídica dos países, onde ocupamos a posição de nº 67, de 128 países.

Com esse problema em mente, uma forma de melhorar o ambiente de negócios e fiscalização é impondo à Administração Pública a referência a um sistema de precedentes, em harmonia com o que fora implantado com o Código de Processo Civil, como por exemplo no art. 489, § 1º, V e VI.

Nesse sentido, ao impor à administração pública e seus órgãos fiscalizatórios o respeito a um sistema de precedentes, evitando a mudança brusca de entendimento e até mesmo a interpretação arbitrária por parte de agente público. Ao mesmo tempo, aumentam as possibilidades de defesa do cidadão contra o arbítrio estatal, até mesmo em caso de necessidade de judicialização da matéria.

Cumprido por fim esclarecer que a presente proposição não invade qualquer competência vedada pela Constituição Federal, como qualquer iniciativa privativa especificamente detalhada no art. 50, § 2º da Constituição Estadual, bem como não se traduz em qualquer atribuição privativa do Governador, consoante o art. 71 do mesmo diploma. Nesse sentido, *mutatis mutandis*:

*EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário. Representação por inconstitucionalidade. Lei 4.718, de 11 de dezembro de 2007, do Município do Rio de Janeiro, que dispõe sobre o cadastro municipal de parceiros do terceiro setor. Lei de iniciativa parlamentar. Ausência de vício de formal de iniciativa. Princípio da publicidade. Precedente. 1. Conquanto seja admissível recurso extraordinário em face de acórdão de tribunal de justiça proferido em ação direta quando o parâmetro da constituição estadual reproduz norma da Constituição Federal de observância obrigatória pelos estados (Rcl nº 383/SP, Rel. Min. Moreira Alves, Tribunal Pleno, DJ 21/5/93), é inviável o conhecimento do recurso pela alínea 'c' do inciso III do art. 102 da Constituição Federal quando o acórdão recorrido declarar constitucional lei municipal contestada em face de constituição estadual. Precedentes. 2. Não configura vício formal de inconstitucionalidade o fato de o diploma legislativo questionado ter emanado de proposição de origem parlamentar. **A contingência de a regra estar dirigida ao Poder Executivo, por si só, não implica que ela deva ser de iniciativa privativa do Poder Executivo, uma vez que nenhuma das hipóteses contidas no art. 61, § 1º, da Constituição foi objeto de positivação na norma.** Esse entendimento está em sintonia com a jurisprudência da Corte no sentido de que não padece de inconstitucionalidade formal a lei resultante de iniciativa parlamentar que disponha sobre publicidade dos atos e contratos realizados pelo Poder Executivo (ADI nº 2.472/RS-MC, Relator Min.*

Maurício Corrêa, DJ de 3/5/02). A lei questionada enquadra-se no contexto de aprimoramento da necessária transparência das atividades administrativas, reafirmando e cumprindo o princípio constitucional da publicidade da administração pública (art. 37, caput, CF/88), não se tratando de matéria de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, mas de iniciativa concorrente. 3. Agravo regimental não provido.

(RE 613481 AgR, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 04/02/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-070 DIVULG 08-04-2014 PUBLIC 09-04-2014)

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONSTITUCIONAL. LEI 1.597/2011, DO ESTADO DO AMAPÁ. CRIAÇÃO DA CASA DE APOIO AOS ESTUDANTES E PROFESSORES PROVENIENTES DO INTERIOR DO ESTADO. INEXISTÊNCIA DE OFENSA À INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. AÇÃO DIRETA JULGADA IMPROCEDENTE. 1. **Norma de origem parlamentar que não cria, extingue ou altera órgão da Administração Pública não ofende a regra constitucional de iniciativa privativa do Poder Executivo para dispor sobre essa matéria.** Precedentes. 2. Não ofende a separação de poderes, a previsão, em lei de iniciativa parlamentar, de encargo inerente ao Poder Público a fim de concretizar direito social previsto na Constituição. Precedentes. 3. Ação direta julgada improcedente.

(ADI 4723, Relator(a): EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 22/06/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-172 DIVULG 07-07-2020 PUBLIC 08-07-2020)

Por todo o exposto, haja vista a relevância da proposta para o aumento da liberdade e a diminuição do poder estatal sobre o cidadão, espero contar com o apoio dos demais Parlamentares para a sua aprovação.

**Bruno Souza**

Deputado Estadual

\*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 0335.0/2021

Altera o Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para alterar a denominação da Fundação Anita Garibaldi, de Laguna para Instituto Cultural Anita Garibaldi, de Laguna.

Art. 1º O Anexo Único da Lei nº 16.733, de 15 de outubro de 2015, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

**José Milton Scheffer**

Deputado Estadual

Lido no expediente

Sessão de 14/09/21

#### ANEXO ÚNICO

(Altera o Anexo Único da Lei nº 16.733, de 15 de outubro de 2015)

#### “ANEXO ÚNICO

#### ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA

	LAGUNA	LEI ORIGINAL Nº
.....	.....	.....
62	Instituto Cultural Anita Garibaldi	12.224, de 2002
.....	.....	.....

(NR)”

Sala das Sessões,

**JUSTIFICAÇÃO**

Submeto à elevada consideração deste Parlamento o Projeto de Lei em anexo, em razão da mudança da denominação da Fundação Anita Garibaldi, de Laguna, para Instituto Cultural Anita Garibaldi, de Laguna, conforme devidamente demonstrado nos documentos anexos.

**José Milton Scheffer**

Deputado Estadual

— \* \* \* —

**PROJETO DE LEI Nº 0336.0/2021**

Altera o art. 1º da Lei nº 12.918, de 2004, que “Cria o Certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina para empresas estabelecidas em território catarinense”, com o fim de incluir como requisito para o recebimento do Certificado a participação de pessoas com deficiência no quadro funcional das empresas e demais entidades.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 12.918, de 23 de janeiro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

§ 1º Para fins do disposto no *caput*, as empresas e demais entidades deverão encaminhar à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina o seu Balanço Social até o último dia do mês de junho do ano seguinte ao de referência do Balanço.

§ 2º São elegíveis para a certificação de que trata o *caput* as empresas e demais entidades que tenham admitido pessoa com deficiência em seu quadro funcional. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

**Marlene Fengler**

Deputada Estadual

*Lido no expediente*

*Sessão de 14/09/21*

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposta de lei objetiva incluir como requisito para a Certificação de Responsabilidade Social de Santa Catarina, concedida anualmente pela Assembleia Legislativa, a participação da pessoa com deficiência no quadro de funcionários das empresas e demais entidades partícipes.

O referido Certificado, criado pela Lei nº 12.918, de 2004, é concedido anualmente para as empresas e demais entidades que apresentem o seu Balanço Social do exercício anterior, demonstrando a sua atuação social no Estado.

Nesse contexto, entendo que o requisito que proponho, qual seja, o da participação de pessoa com deficiência no quadro funcional, aprimora os critérios para a Certificação Social das entidades e tende a estimular a sua contratação.

Ainda, anoto que a propositura converge com os objetivos do Programa Catarinense de Preparação da Pessoa com Deficiência para o Mercado de Trabalho, disposto no art. 53 da Lei nº 17.292, de 2017, que “Consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência”.

Ante o exposto, peço o apoio dos demais Parlamentares para a aprovação desta matéria.

**Marlene Fengler**

Deputada Estadual

— \* \* \* —

**PROJETO DE LEI Nº 0337.1/2021**

Altera o Anexo III da Lei nº 17.335, de 2017, que “Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas do Estado de Santa Catarina”, para o fim de instituir o “Dia do Peixe”, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Dia do Peixe, a ser comemorado, anualmente, no dia 1º (primeiro) de setembro, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O Anexo I da Lei nº 17.335, de 30 de novembro de 2017, passa a vigor como alterações constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

**Ricardo Alba**

Deputado Estadual

*Lido no expediente*

*Sessão de 14/09/21*

**ANEXO ÚNICO**

(Altera o Anexo III da Lei nº 17.335, de 30 de novembro de 2017)

“ANEXO III

MESES ALUSIVOS

.....	.....	.....
<b>DIA</b>	<b>SETEMBRO</b>	<b>LEI ORIGINAL Nº</b>
1º	Dia do Peixe	.....

(NR)

Sala das Sessões

**Ricardo Alba**

Deputado Estadual

**JUSTIFICAÇÃO**

A instituição no estado do Dia do Peixe, a ser comemorado em 1º de setembro de cada ano, visa incentivar o consumo de peixes em Santa Catarina, sendo que em nível nacional temos a “Semana do Pescado”, que se inicia justamente de 1º e vai até 15 de setembro, cuja campanha já está na sua 18ª edição.

Sabemos que Santa Catarina com seus 560km de costa oceânica é referência na indústria pesqueira nacional, com destaque ao pólo pesqueiro de Itajaí. Se contar que o peixe também é fonte de renda no interior, seja nos rios que cortam o estado ou nos tanques de piscicultura que estão em plena expansão.

Segundo dados do Anuário Peixe da Piscicultura BR 2020, Santa Catarina é o 4º maior produtor de peixes de cultivo do Brasil com 51.700 toneladas, o 4º maior produtor de tilápias do Brasil com 40.059 toneladas, e o 2º maior produtor de outras espécies com 3.092 toneladas de nativos e 8.549 toneladas de outros como Carpas, Trutas e Panga.

Assim, acho justo e meritório criar esta data alusiva ao “PEIXE” aqui em de Santa Catarina e conto com a colaboração dos nobres pares para a aprovação do projeto de lei.

**Ricardo Alba**

Deputado Estadual

\*\*\*